Aos onze dias do mês de março de dois mil e vinte, realizou-se no auditório do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Rua Engenheiro Roberto Gonçalves Menezes, 149 – Centro – Maceió/Alagoas – (Antiga Rua da Praia, próximo à Praça Sinimbu), a 79ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Saúde de Alagoas (CES/AL), que teve como **ponto de pauta:** – Eleição dos membros que comporão a Mesa Diretora. A reunião contou com a presença dos **Conselheiros Titulares**: Vera Lúcia Elias Rodrigues (Santa Casa de Maceió); Maria das Graças da Silva Dias (ADEFAL); Jesse Layra da Silva Oliveira (AAPPE); Lourivalda Lima Alves (SINDPREV/AL); Josileide Carvalho dos Santos (CRP/AL); José Francisco de Lima (SEESSE); Clodoaldo Vieira Guimarães (UNIASAL); Maurício Sarmento da Silva (SINDAS/AL); Edeildo Alves de Moura (SINDCONAM/AL); Maria das Graças Xavier Ribeiro (FEAPAES/AL); Maria do Socorro Leão Santa Maria (REDE FEMININA); Jordeval Soares de Morais (AAAHD); Carlos de Lima Gomes (AFADA); Maria de Fátima Lopes de Albuquerque (FETAG/AL); Francisco Ricardo Correia Mata (CUT); José Cícero Vieira de Oliveira (FAMOAL); Manoel Eduardo de Oliveira (FAMECAL); Clementina Correia Pereira (CMP); Cícero Vieira Sampaio (Instituto Alvorada); Wellington Soares dos Santos (CGTB); Messias da Silva Mendonça (GGM) e Charlles Petterson Andrade de Omena (CREFITO). **Conselheiros Suplentes:** Josinete Marques da Silva (COSEMS/AL); Adeilton Ferreira da Silva (CGTB); Luciano da Silva Santos (CUT); Givanildo de Lima (GYGY) (FAMECAL); Fernando Antônio Sousa Dórea (CMP); Maria José dos santos (CEAMI); Francisco Renê Leite Gondim (CRF); Alex João da Silva (SINDACS); José Jackson da Cruz (FASPEAL) e Cícero Cassiano da Silva Júnior (FAAPIAL). **Secretaria Executiva do CES/AL**: Maria de Fátima Leite Carnaúba Freire. **Assessoria Técnica:** Simone Stella Gabriel Barros, Edna Silva dos Santos, Silvana Matos Meira Bastos, Maria Denilda Silva de Almeida Pereira. **Assessoria de Comunicação**: Elza Simões do Amaral e Chrystian Fabiano de Souza Silva; **Assessoria Administrativa do CES/AL**: Thâmara Moura Santos, John Carlos Muniz da Silva e Maria Helena Azevedo M. Lopes. **Assessoria Jurídica**: Joaquim Milton Pinto Almeida. **Outros Participantes:** Célio Fernando de Sousa Rodrigues (UFAL), Tony Clovis Pereira; Leonardo das Graças (Comunicação SINDPREV); Manacés Silva de Santana (Conselho Gestor do PAM). **A Secretária Executiva Maria de Fátima Carnaúba** iniciou a reunião às quatorze horas e trinta minutos informando que por falta de quórum a reunião estava suspensa, pois só havia dezessete (17) Conselheiros (as) presentes. Orientou que pelo menos um terço dos Conselheiros (as) convocasse uma nova reunião. Falou que teria que dar uma resposta ao Ministério Público Estadual - MPE sobre a recomendação que havia recebido. Esclareceu que segundo o horário regimental a reunião era para iniciar às quatorze horas e trinta minutos, perguntou se poderia iniciar a título de informe enquanto aguardava o quórum, sendo acatado pelo pleno. Em seguida explicou como seria o rito da reunião, onde ela iria fazer a abertura, em seguida daria as informações sobre o MPE, depois o Pleno elegeria um Conselheiro (a) para presidir a reunião. O presidente da mesa iria conduzir os trabalhos. Ela como Secretária Executiva iria ler o expediente do dia e o Assessor Jurídico Joaquim Milton iria repassar as informações que vieram do MPE e da Desembargadora. Depois seria realizada a eleição para decidir se suspenderia a pauta e se acatava a recomendação do MPE. O Pleno esclarecido concordou e ela então passou a ler o expediente do dia. **Substituição de Conselheiro pela Entidade:** A Universidade Federal de Alagoas – UFAL encaminhou o nome da Senhora Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti para assumir como titular em substituição a senhora Valéria Correia, e o senhor Célio Fernando de Sousa Rodrigues para assumir como suplente em substituição a senhora Regina Santos, no Segmento de Gestor. **Justificativa de falta dos Conselheiros:** Renilda dos Santos Barreto (SINEAL) e Marilda Pereira Yamashiro Tani (MS/NUCLEO ESTADUAL) e Marcus José Guimarães Rêgo (FAAPIAL) justificaram suas faltas oficialmente. Ao terminar consultou o Plenário se poderia passar para os informes, uma vez que alguns Conselheiros já haviam feito suas inscrições. Autorizado, passou a palavra para o Conselheiro suplente **Fernando Antônio Dórea** que informou sobre as oficinas de capacitações que estavam sendo realizadas pelo Conselho Nacional de Saúde, solicitou que os Conselheiros e Conselheiras atendessem ao chamamento do CNS e fizessem as suas inscrições. Esclareceu que em Maceió iria acontecer possivelmente no mês de junho, e a Comissão de Educação Permanente iria fazer a indicação de quem participaria. Chamou a atenção para a participação nessas oficinas, pois tinha observado que havia um esvaziamento nas capacitações. Falou ainda que a Corregedoria Geral da União – CGU convidou os “companheiros” para uma capacitação e só compareceram apenas 4 (quatro) dos 80(oitenta) Conselheiros e do Município só compareceu 01(um) dos 21 (vinte e um) Conselheiros. “É preciso ver que tem o Fernando Dórea querendo participar e tem alguns companheiros que às vezes é contra”. Falou que compareceu a todas as capacitações com recursos próprios. Foi com apoio do Movimento Popular, pois como suplente ele não tinha direito a ajuda de custo, mas mesmo assim não deixou de participar. Foi com a intenção de ser capacitado, ter a formação para conhecer. Muitos Conselheiros e Conselheiras não conheciam a base do Sistema Único de Saúde – SUS. Era preciso ter uma capacitação da base do SUS para poder defender o SUS. Sugeriu que o Pleno solicitasse um ponto de pauta para discutir o Coronavírus, a dengue, a chicungunha e a zica. Ressaltou que esse ano, 720 (setecentos e vinte pessoas) foram infectadas. Aumentou em 500% (quinhentos por cento) a dengue, mas as pessoas estavam se preocupando com o Coronavírus. Talvez a dengue, chicungunha e zica fossem piores do que o Coronavírus. Solicitou do Pleno que fosse referendado, que fossem convidados, estudantes, pesquisadores e infectologistas para fazer um debate com a sociedade, para esclarecer essa problemática que está acontecendo em todo o país e no mundo, para não sermos pego de “calças curtas”. Finalizou dizendo que a sociedade não esta preparada, o Sistema e o Estado talvez não estejam preparados para uma epidemia que bate na porta. O Conselheiro suplente **Givanildo de Lima (Gygy)** informou que era coordenador geral da Arte Gay e da Articulação Brasileira em Alagoas e que faria um Seminário da Arte Gay, onde iria discutir a saúde para LGBT, saúde para criança LGBT e do idoso LGBT. O Seminário será no dia vinte e um (21) de maio, das oito às dezesseis horas, no Museu Téo Brandão, e que irá esperar que fosse eleito o presidente do CES para formalizar o convite. A Conselheirasuplente **Josinete Marques da Silva** informou que o COSEMS estará realizando a 2ª Amostra Alagoana aqui tem SUS, nos dias vinte e nove (29) e trinta (30) de abril na UNINASSAU. O evento estava sendo divulgado nos Municípios para que os técnicos pudessem participar do processo das experiências exitosas. Falou que havia equipes técnicas que realizava bons trabalhos e que precisava dar visibilidade a elas. Até lá o COSEMS estaria fazendo novas divulgações. **Maria de Fátima Carnaúba** informou ao Pleno que já havia quórum, e perguntou se daria continuidade aos informes ou se passaria para o ponto de pauta da reunião. O Pleno respondeu que poderia continuar com os informes e em seguida passaria para a pauta. O Conselheiro **Francisco Ricardo Correia Mata** pediu a palavrafalando que o “país estava sem rumo”, que os poderes eram constituídos esquecendo a palavra “harmonia” e estava sendo dirigido por medidas provisórias, aprovando PECs, o que esta preocupando e trazendo prejuízo para a sociedade usuária das políticas públicas. Que cabia a população se mobilizar e que a Central Única dos Trabalhadores – CUT junto com as Centrais Sindicais de todo o Brasil estariam realizando no dia dezoito (18) de março grande manifestação. Convocou todos os movimentos sociais e entidades representativas do Sistema Único de Saúde – SUS, e que a Concentração pela manhã seria no PAM Salgadinho e a tarde sairia em caminhada da Praça do Centenário. A Conselheira **Lourivalda Lima Alves** reforçou o evento do dia dezoito (18) de março, chamando as mulheres para participar. Falou que a marcha mundial das mulheres iria se fazer presente no dia. Era um dia de dizer “basta” de dizer “não” ao desmonte, a essa “desgraça” que estava no poder, só fazendo com que a população tanto de Alagoas como de todo o país sofresse e amargasse duras penas, enquanto “poucos se tem muito e muitos se tem pouco” A Conselheira **Josileide Carvalho dos Santos** informou que a Comissão de Ação a Saúde e Recursos Humanos a pedido do MPE fizeram uma visita ao Hospital de Doenças Tropicais – HDT e encontrou enfermarias sem ar-condicionados, principalmente nas enfermarias de tuberculose, meningite e duas enfermarias que foram reservadas para pacientes com Coronavírus. Que a cozinha estava em reforma a mais de cinco anos. Solicitou que fossem tomadas providências e agendado uma nova visita ao Hospital Geral do Estado – HGE e também ao HDT com urgência. Findo os informes **Maria de Fátima Carnaúba** passou a leitura do art. 15 do Regimento Interno do CES/AL, parágrafo 12, onde dispunha sobre a ausência do presidente: “Na ausência do Presidente, a sessão será presidida pelo Vice-Presidente e, na ausência de ambos será presidida por um representante da Mesa Diretora, e caso todos os membros da Mesa Diretora estejam ausentes será presidida por um conselheiro indicado pelo Plenário”. Continuou falando que considerando o afastamento da Mesa Diretora pelo MPE, considerando que uma Comissão de Conselheiros convocou esta reunião, pediu que o Plenário indicasse um Conselheiro para presidir a mesa de reunião. Em seguida foram indicados os nomes dos Conselheiros Francisco Lima, que recebeu 20 (vinte) votos e Jordeval Moraes, que recebeu 01 (um) voto. O Conselheiro **Francisco Lima** ao assumir os trabalhos da mesa, falou que presidiria de acordo com o Regimento Interno do CES, e em seguida convidou o **assessor jurídico Joaquim Milton** que informou que o Conselho estava passando por uma judicialização em razão do MPE ter entrado com uma ação civil pública no 1º grau, solicitando a anulação da eleição e o afastamento da Mesa Diretora eleita no dia dezesseis (16) de outubro de dois mil e dezenove (2019) Esclareceu que no primeiro momento no 1º grau a juíza negou, indeferiu o pedido, o MPE entendeu que seria preciso ouvir as partes; a defesa do Estado através da Procuradoria Geral do Estado – PGE. O MPE inconformado entrou com recurso em 2º grau e caiu como relatora à Desembargadora Elizabete Carvalho do Nascimento, que também no primeiro momento negou, indeferiu o pedido do MPE, alegando a mesma coisa da juíza do 1º grau: precisava ouvir as partes. O MPE mesmo assim, entrou com um pedido de reconsideração e a Desembargadora deferiu parcialmente esse pedido de reconsideração, anulando a eleição do dia dezesseis (16) de outubro de 2019, afastando a Mesa Diretora. No dia vinte e um (21) de fevereiro do ano em curso, os membros da Mesa Diretora foram citados, intimados da decisão e naquele mesmo dia comunicaram que estavam se afastando da Mesa Diretora do CES. Disse que participou de uma reunião com a PGE e o MPE. Nesse momento o assessor jurídico foi interrompido pelos Conselheiros **Jordeval Moraes** que pediu uma questão de ordem, solicitando que o Assessor Jurídico quando usasse um “jargão” jurídico, utilizasse uma expressão popular, para que “a coisa” ficasse clara, pois ele não conhecia e nem era operador do direito e se confessava um completo ignorante. O Conselheiro **Manoel Eduardo de Oliveira** pediu uma questão de encaminhamento, falou que houve o parecer do MP e a reunião de hoje seria para realizar a eleição, sugeriu que fosse prorrogada a eleição e depois da leitura do parecer do Assessor Jurídico fosse colocado em votação o cancelamento da reunião. O Conselheiro **Francisco Mata** em sua questão de ordem pediu que fosse cumprido o que havia sido aprovado na reunião, que a pauta fosse estabelecida mesmo após a fala do Assessor Jurídico. **Joaquim Milton** continuou falando que depois de procurar o MPE e a PGE deixou claro que a decisão da Desembargadora Elizabete Carvalho não estava muito clara, e tanto a PGE como o MPE observaram que deveriam entrar com o recurso de desembargo de declaração para que a Desembargadora viesse “aparar” a decisão dela. Que o MPE havia entrado com o desembargo de declaração solicitando alguns requisitos que para eles não ficaram claro. Esse embargo estava com a relatora do caso, a doutora Elizabete Carvalho, que entendeu também que o Estado deveria ser citado para que pudesse promover a sua defesa. Diante dessa situação o MPE enviou uma Recomendação (003/2020/DA 26ª PJC/MPE) para o CES, recomendando que a eleição marcada para hoje (11/03), não fosse realizada e aguardasse a decisão dela, pois ela iria clarear a outra decisão e dizer que uma das questões que o MPE pediu que fosse realizar uma nova eleição para a Mesa Diretora, uma vez que a eleição do dia 16 de outubro de 2019 havia sido anulada e que a mesa diretora já havia se afastado. Após os esclarecimentos Joaquim Milton passou a leitura do dispositivo da Recomendação “Em caráter preventivo e com o intuito de evitar eventual demanda judicial para responsabilização das autoridades competentes, aos Conselheiros que compõem o Conselho de Saúde do Estado de Alagoas, que se abstenham de realizar eleição para composição da Mesa Diretora do Conselho em comento, até que seja julgado o recurso de Embargos de Declaração interposto e sanadas as omissões, evitando, assim, equívocos na condução do processo eleitoral.” Informou ainda que foi solicitado pelo MPE nesse mesmo embargo os pedidos de anulação das Resoluções nº 019,020 e 021 do CES/AL; anulação do ato de posse dos eleitos no dia 16 de outubro de 2019; anulação dos atos subsequentes à eleição do dia 16 de outubro de 2019; e que fosse determinada a realização de nova eleição para todos os cargos que compõem a Mesa Diretora, quais sejam: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário; e declaração de impedimento dos Srs. Mauricio Sarmento da Silva, Maria Alice Gomes Athayde e José Medeiros dos Santos de participarem das próximas eleições.” Ao terminar a leitura, falou que o presidente da Mesa Francisco Lima e a secretária executiva Fátima Carnaúba iriam dar andamento, colocando em votação o acatamento ou não da Recomendação do MPE, pois era necessário que o resultado da decisão do plenário fosse informado ao MPE, haja vista que a reunião estava acontecendo hoje. **O Conselheiro Francisco Lima** perguntou ao Plenário se havia dúvidas a respeito do que o Joaquim Milton havia falado. Alguns Conselheiros e Conselheiras pediram inscrição para se posicionar a respeito. O Conselheiro **Cícero Sampaio** falou que a eleição estava judicializada, que havia sido formado uma comissão, prevista no regimento interno do CES/AL, de um terço (1/3) dos Conselheiros e Conselheiras que convocaram a reunião para ser discutido se era possível realizar a eleição hoje, e entende que com as informações da Desembargadora não tinha o que se discutir. Tinha que esperar a decisão dela e ele Cícero iria torcer para que levasse dois anos para ela dar a decisão final, que era para “a gente aprender mais um pouco na caminhada da história, que é para a gente não brincar com fogo”. O Conselheiro **Jordeval Moraes** falou que havia pedido ao Doutor Joaquim Milton em que pese ser operador do direito, mas todas as vezes que narra os fatos que trouxe o CES para situação de paralisia, do ponto de vista dele, Moraes, não era feito de forma correta. O que não queria dizer que a interpretação da decisão da Desembargadora não estivesse correta. Tanto é que ele concordava que o processo eleitoral fosse suspenso e com uma data posterior, a depender da resposta do embargo de declaração da Desembargadora, mas não era a primeira vez que isso acontecia. Falou que em reunião com a PGE também foi feito uma narrativa que não foi correta. Estávamos vivendo um momento difícil no Controle Social. Narrou um fato que aconteceu quando foi ao PAM Salgadinho pedir ao amigo Manacés explicação para tratar o problema respiratório que tinha. Foi testemunha ocular de um Cidadão que estava com pneumonia e que reclamou que estava faltando remédio no Estado. Mas o problema maior do Cidadão era por que o filho dele havia sido atropelado, quebrado o fêmur e a bacia. Estava triste com a situação por que o rapaz já estava há quatro dias dentro do Hospital Geral do Estado - HGE, e não poderia ser levado para Coruripe por que as condições físicas dele não permitiam, estavam tentando conseguir uma vaga no Hospital Vereda. Disse que o Governador, o Senhor Renan Calheiros Filho passeava “pra cima e pra baixo, ia até para casa de helicóptero”. “Interessante!” Pediu perdão ao amigo Cícero Sampaio, que vinha para reunião dizer que esperava que o CES demorasse mais nessa situação. Perguntou por que os Conselheiros não tinham a sensibilização com o povo que estava morrendo no HGE e nas unidades de saúde. “A gente tem que se juntar para que o CES volte à normalidade e nós possamos retomar o nosso trabalho como Conselheiro”. O Conselheirosuplente **Fernando Dórea** falou que a história do Brasil era rasgada todos os dias, que tinha pessoas que escondia a história, mas também tinha pessoas que vivia a história e jamais iriam esquecer que a testemunha viva eram eles. Tinha quarente e sete anos de caminhada, foi forçado a entrar no movimento devido a um erro médico do irmão diagnosticado com um tumor e lutava por causa disso. Muitos ficavam “chacoalhando” por que o Fernando Dórea participava mesmo sem recurso, no sentido de garantir o mínimo para a sociedade, pensando nas pessoas invisíveis, pensando na minha família, por isso ele estava ali. Já havia pensado em se afastar. A sociedade civil naquele momento estava composta por 50% (cinquenta por cento) e poderiam estar unidos em um projeto. O SUS estava completando trinta e um anos, uma grande vitória para a sociedade. Há quarenta e sete anos só tinha direito ao INAMPS, quem trabalhava. Era vergonhoso ver que a justiça era morosa. Acreditava que tinha que conclamar os companheiros da sociedade civil, que eram quarenta, mais os companheiros trabalhadores de entidades de classe. Era preciso somar. Que nunca se indispôs com os companheiros do conselho. “A luta é a luta, a gente tem que continuar lutando”. Estava ali lutando em prol da família dele, das políticas públicas, fosse ela de saúde, da assistência social. Perguntou ao Assessor Jurídico qual o caminho? Se o conselho tinha feito alguma preposição para tentar minimizar e não sacrificar o Controle Social. Disse também que foi contra o processo eleitoral naquele período, porque achava que teria de ter uma discussão mais ampla e a oportunidades deveria ser para todo mundo fazer sua administração. Foi contra como o processo foi encaminhado. Milhares de pessoas estavam esperando uma resposta. A Unidade Básica tinha que fazer o papel dela. Perguntou qual a resposta que tínhamos para dar a essas pessoas. O Conselheiro **Messias Mendonça** falou que mais uma vez ficou avaliando a situação do CES e o que estava vendo era que a saúde não estava sendo cuidada, estavam cuidando de “brigas pessoais”. Que Jesonias e Maurício eram amigos dele, mas o que ele via era que o CES estava deixando de caminhar por brigas pessoais. Um querendo passar a perna no outro. “É o comando vermelho e o outro comando”. “O que é isso gente? É preciso saber qual era o papel do Conselheiro e Conselheira dentro do Conselho, pois entende que o (a) Conselheiro (a) era para fiscalizar, cobrar, acompanhar. Disse que era muito novo no Conselho e poderia estar pegando bons exemplos, mas estava vendo péssimo exemplos. “É uma decepção”!” Estava avaliando o voto da entidade dele, precisava consultar o grupo. Estava levando todas as propostas para serem avaliadas. “Gente, precisamos crescer, o SUS precisa andar”. Falou que deveria ter mandado as fotos que tirou na visita ao HDT para o jornal, pois a cozinha de lá era uma podridão. Não sabia o que estava acontecendo com a Secretaria de Saúde e a Vigilância Sanitária, que já era para ter fechado o HDT e ter mandado os pacientes para o Hospital Universitário - HU. Convidou os Conselheiros e Conselheiras para pensar um nome, refletir, pensar numa mesa bacana. Que tinha pessoas com qualidades no CES, pessoas com histórias. A angustia, a raiva dele, era que as pessoas estavam sofrendo e os Conselheiros pensando em brigas pessoais> Finalizou afirmando : “eu não tenho lado”. O Conselheiro **Francisco Mata** falou que tinha a mesma preocupação do Conselheiro Messias. Que ao longo da história do Conselho esteve presente há dez anos. Que a participação dele no Conselho, na época o presidente era o Benedito Alexandre, tinha sido na plenária do segmento usuário. O ponto de pauta da reunião era a composição da Mesa Diretora. Ao longo do tempo foi entendendo como era feita a composição da Mesa Diretora do CES. Pela legislação era estabelecida uma Mesa Diretora compartimentada, era uma mesa composta pelos segmentos. De certa forma hoje estavam vivendo uma imensa reflexão, cada crise que foi vivenciada ao longo do tempo produziu prejuízos e reflexões, produziu consequências. Tinha certeza que o problema que estavam vivenciando hoje, também produziu um imenso prejuízo, uma grande reflexão, que iria fazer surgir um novo Conselho, e não tem dúvidas. O Conselho que iria sair daqui, iria sair com as mesmas entidades que entrou, e cabe a essas entidades que de alguma forma motivou a paralização do CES fazerem suas reflexões. Lembrava que a doutora Micheline Tenório, numa das plenárias do CES, falou que havia sido os Conselheiros que tinha votado. Se houve indução ao erro, foram os Conselheiros que votaram. Citou o filosofo Leandro Karnal “a cabeça que encontra o problema, é a mesma que encontra a solução”. A solução estava entre os Conselheiros e Conselheiras. A não ser que houvesse novidades que seria o ingresso de novas entidades, mas acreditava que não iria acontecer. “A saída está na nossa mão!” Todos já se conheciam e sabiam o que queriam; o que queríamos era um SUS com acesso e de qualidade. Tirando esses erros, sabíamos que a burocracia era imensa, tínhamos que aguentar esse período e que iriamos vencer sim. Contava com a serenidade, o equilíbrio e a reflexão de todas as entidades. A Conselheira **Josileide** **Carvalho** pediu uma questão de esclarecimento para dizer que ao contrário do Conselheiro Cícero Sampaio, ela acreditava que o MPE tinha respeito pelo Conselho e que estava procurando fazer o melhor para o CES. Como todos sabiam existia inúmeras denúncias contra o Conselho no MPE. O correto era ter novas eleições, com tudo devidamente feito com idoneidade das pessoas. Falou que se o MPE não escolheu por essa opção, era por que achou que ainda existia a possibilidade de ser tocável, por conta da dificuldade que seria de fazer uma nova eleição. Que não poderiam deixar de se fazer de cego, de ver que tinha pessoas no Conselho com o único e exclusivamente interesses pessoais e não coletivo. O whatsapp estava circulando, com comemorações de almoços e cafés. Disse que isso era uma vergonha e tudo isso iria bater no MPE. Era mais uma denúncia para o MPE. Exigia seriedade por parte dos Conselheiros. Falou também que aquelas pessoas que estavam querendo ser Conselheiro para completar salários, ganhar diárias, para não ir trabalhar na sua função enquanto funcionário público “tem que arrumar outro rumo!”, pois ela iria ser uma das pessoas a denunciar. “Se for preciso a gente fechar esse Conselho, a gente vai fechar”. “As pessoas devem ter respeito pelo SUS, pelas pessoas que estão no HGE, nas filas, morrendo, apodrecendo”. “Eu não estou aqui para fazer graça para ninguém”. Deu como encaminhamento que fosse agendada uma reunião no prazo de quinze dias, pois acreditava no MPE e tinha certeza que nesse prazo o MPE irá resolver com a Desembargadora o que deverá ser feito com o CES e quem estivesse ali tirando onda com a cara das pessoas, se cuidasse, pois ela iria fazer as denúncias que fossem necessárias. Pediu que fosse agendada uma reunião extraordinária no prazo de quinze dias para ver o parecer final da Desembargadora e do MP. “Quero que seja agendado agora!”. O Conselheiro **Cicero Sampaio** pediu direito de resposta. Falou que em momento algum falou mal do MPE. Eram fracos a partir do momento em que o MPE estava fazendo tudo aquilo. Deixavam de cumprir com o papel de Conselheiro. Pediu a quem não o conhecia que fizesse uma pesquisar sobre a caminhada dele, que fossem buscar informações dele. Estava no Conselho, não era porque precisava, era empresário, trabalhava nos finais de semanas para se manter. Estava ali com uma missão e que talvez nenhum tivesse o respeito que ele tinha pelo SUS. Se dirigindo ao Conselheiro Jordeval Moraes falou que não tinha sido ele que provocou a crise que o CES estava vivendo. Que pesquisassem no Conselho se ele fazia negociatas por Comissão, viagens, por cargos. Que bisbilhotassem a vida dele. Disse ainda que tinha viajado para o interior porque tinha sido convidado pelos municípios, até dava palestras nos municípios sobre o controle social. As pessoas precisavam fazer uma reflexão e pensar antes no que iriam falar para poder dizer. Se os Conselheiros estivessem preocupados com o Controle Social não teria deixado isso acontecer. Estava torcendo para que a Desembargadora demorasse pelo menos dois anos para dar resposta. O **Assessor Jurídico Joaquim Milton** respondeu à pergunta do Conselheiro Fernando Dórea sobre o que o CES estava fazendo para minimizar a situação. Joaquim Milton falou que o CES não respondia diretamente a justiça, que o Conselho não tinha autonomia jurídica para isso e a PGE era quem fazia a defesa do Estado e do Conselho de Saúde. Esclareceu que algumas pessoas que estavam no foro passivo dessa ação, através dos seus advogados, responderam, mas no caso do Conselho teria que ser via PGE. Informou que hoje pela manhã havia enviado todas as informações referentes ao processo para a PGE, e que isso já havia sido feito quando o MPE interpôs agravo de instrumento e agora, com os embargos de declaração foi reforçado para subsidiar a PGE, para que ela faça as suas contra razões e dê as respostas a Desembargadora. O que a assessoria jurídica e o corpo técnico, junto com os Conselheiros e Conselheiras puderem fazer para o Conselho saia dessa situação estava sendo feito. Finalizou dizendo que todos queriam uma coisa em comum que era ver o Conselho funcionando e defendendo o SUS. O Conselheiro suplente **Fernando Dórea** perguntou se Joaquim Milton sabia informar se a PGE já tinha uma contra razão. **Joaquim Milton** respondeu que sim, tanto no processo de 1º grau, como no de 2º grau e como era uma coisa extensa, com muitas páginas, iria pedir a Secretária Executiva para que postasse nos Grupos. Sobre os embargos de declaração não tinha feito porque tanto a PGE como o Conselho não tinham sido intimados, mas mesmo assim todas as informações foram enviadas para a PGE e assim que forem respondidas seriam postadas nos grupos para que sejam acompanhadas pelos Conselheiros. O Conselheiro **Francisco Lima** falou que com relação às contrarrazões e todos os documentos jurídicos, entendia que os Conselheiros teriam que ter conhecimento, pois era um documento público, é só acessar a internet, e não via nenhuma complicação em os Conselheiros terem acesso a esses documentos. Em seguida pediu que a secretária executiva Fátima Carnaúba lesse novamente a Recomendação 003/2020 da 26ª Promotoria de Justiça da Capital/Ministério Público Estadual que foi enviada a todos por e-mail, para que os Conselheiros e Conselheiras tomassem ciência e não tivessem duvidas para votar. Após a leitura da Secretária, o Conselheiro Francisco Lima retomou a palavra e falou que estava solidário com a Conselheira Josileide Carvalho com relação aos problemas do HDT e com a fala inicial do Conselheiro Jordeval Moraes. Em seguida perguntou ao plenário se eles já estavam em condição de votar. Vinte e dois (22) Conselheiros votaram a favor da Recomendação 003/2020 do MPE e dois Conselheiros se absteve: Maurício Sarmento da Silva e José Cícero Oliveira. **O Conselheiro Maurício Sarmento** fez sua declaração de voto dizendo que estava se abstendo de votar da Recomendação do MPE, não por ser contra ela, mas sim, por fazer parte integrante do processo aberto no MPE. Pediu que fosse registrada em Ata sua abstenção e declaração do voto. Em seguida o Conselheiro **Francisco Lima** perguntou a Conselheira Josileide Carvalho se a proposta que ela havia feito era para realizar uma nova reunião daqui a quinze dias ou era para colocar na pauta da reunião a resposta do MPE e da Desembargadora. A Conselheira **Josileide Carvalho** esclareceu que para não ser realizada outra reunião, que fosse deixado agendada a reunião para daqui a quinze dias, dia 25 de março às duas horas, pois acreditava que nesse período o MPE já teria um resultado. O Conselheiro **Francisco Lima** perguntou novamente se o encaminhamento era para que fosse realizada uma nova reunião, caso o MPE e a Desembargadora dessem uma definição sobre o caso e nessa reunião se realizaria a eleição. A Conselheira respondeu que sim e o Conselheiro Francisco Lima esclareceu que se até o dia 25 de março estivesse tudo organizado, ficava convocada na reunião de hoje a próxima reunião, com o indicativo de data. O Conselheiro **José Cícero** **Oliveira** pediu uma questão de esclarecimento para dizer que se o Pleno aprovasse que daqui a quinze dias houvesse a reunião e de repente essa decisão não saísse, acabaria o prazo. Fez um encaminhamento que assim que saísse a decisão do MPE e da Desembargadora se fizesse uma reunião, deixando já agendada a data hoje. A questão de esclarecimento era que como o Conselheiro Mauricio Sarmento, ele também queria fazer sua declaração de abstenção, pois não era do feitio dele se abster de alguma situação, mas essa iria justificar porque a Desembargadora deu um prazo de vinte dias para fazer a eleição, estava tudo certo para hoje, de repente saiu uma recomendação para que não haja essa eleição. Para ele ficou obscuro a questão. O MPE não tinha poder de decidir, mas tinha o poder de recomendar e esse Conselho nunca havia deixado, apesar de ter havido algumas tentativas, de atender ao pedido da recomendação do MPE. Que essa recomendação foi mais preventiva, outras tinha mais irregularidades. Ele se absteve por que até hoje ele não entendia como foram capazes de arquitetar uma recomendação dessa. O Conselheiro **Jordeval Moraes** pediu uma questão de esclarecimento para falar que nesse momento era importante agendar uma data, entretanto, quando se tem um indicativo de data, a data não está fechada. O Conselheiro **Francisco Lima** perguntou ao Pleno se a proposta de indicativo de data dentro de quinze dias contemplava a todos. Antes de colocar em votação, a Secretária Fátima Carnaúba faz uma sugestão, e falou que pelo regimento a reunião teria que ser marcada com dez dias de antecedência. Se nada fosse agendado hoje, teria que um terço dos Conselheiros fazer a convocatória. Propôs que assim que saísse a resposta da PGE e o CES comunicado oficialmente, dez dias depois, na primeira quarta feira após a resposta da Desembargadora, a reunião fosse agendada e ela não precisaria consultar de novo o Plenário para poder agendar. Com o Plenário esclarecido votou-se a proposta da Secretária Executiva, tendo vinte e dois (22) Conselheiros votado a favor da proposta, uma abstenção e um voto contra. O Conselheiro **Francisco Lima**, coordenador dessa reunião, encerrou os trabalhos às quinze horas e quarenta e cinco minutos e eu Edna Silva dos Santos, assessora técnica do CES lavrei esta ata, que após ser aprovada pelo Plenário, será assinada pelos Conselheiros e Conselheiros presentes. Maceió, 11 de março de 20120.

Vera Lúcia Elias Rodrigues (Santa Casa de Maceió);

 Maria das Graças da Silva Dias (ADEFAL);

 Jesse Layra da Silva Oliveira (AAPPE);

 Lourivalda Lima Alves (SINDPREV/AL);

 Josileide Carvalho dos Santos (CRP/AL);

José Francisco de Lima (SEESSE);

 Clodoaldo Vieira Guimarães (UNIASAL);

 Maurício Sarmento da Silva (SINDAS/AL);

 Edeildo Alves de Moura (SINDCONAM/AL);

 Maria das Graças Xavier Ribeiro (FEAPAES/AL);

 Maria do Socorro Leão Santa Maria (REDE FEMININA);

Jordeval Soares de Morais (AAAHD);

 Carlos de Lima Gomes (AFADA);

 Maria de Fátima Lopes de Albuquerque (FETAG/AL);

 Francisco Ricardo Correia Mata (CUT);

José Cícero Vieira de Oliveira (FAMOAL);

Manoel Eduardo de Oliveira (FAMECAL);

 Clementina Correia Pereira (CMP);

 Cícero Vieira Sampaio (Instituto Alvorada);

 Wellington Soares dos Santos (CGTB);

Messias da Silva Mendonça (GGM);

 Charlles Petterson Andrade de Omena (CREFITO);

Josinete Marques da Silva (COSEMS/AL);

Adeilton Ferreira da Silva (CGTB);

 Luciano da Silva Santos (CUT);

Givanildo de Lima (GYGY) (FAMECAL);

Fernando Antônio Sousa Dórea (CMP);

Maria José dos santos (CEAMI);

Francisco Renê Leite Gondim (CRF);

Alex João da Silva (SINDACS);

José Jackson da Cruz (FASPEAL);

Cícero Cassiano da Silva Júnior (FAAPIAL).